

Jorge Fernandes Alves - *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.

RIBA D'AVE
NA
MEMÓRIA DA INDÚSTRIA ALGODOEIRA

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras UP

Riba d'Ave, no concelho de Vila Nova de Famalicão, constitui um espaço intensamente marcado pelos tempos áureos da indústria têxtil no Vale do Ave, ainda que algumas intervenções recentes (o romper de vias de comunicação e a construção em altura) lhe estejam a romper os traços mais característicos. Mas a atmosfera densa da têxtil assegura uma memória viva e ainda palpitante, que se alarga às freguesias circundantes e cria uma envolvência paisagística em que a fábrica ampla e a sua típica chaminé irrompendo no céu se contrapõem, aqui e ali, à pequena propriedade rural, num quadro pontilhado por uma ou outra Quinta, vasta, murada e arborizada, onde ganha relevo a vinha e o milho verdejantes. Estamos perante um típico pólo industrial, de grande significado histórico, integrado num território mais vasto, vulgarmente designado por Vale do Ave, dado o efeito estruturante que este rio e a sua rede hidrográfica desempenham na modelação do espaço físico, económico e social.

Para lá dessa estruturação global do espaço, que comportou a instalação de relativamente grandes unidades fabris, deve sublinhar-se que, na pequena localidade, hoje vila, os arruamentos centrais - a Avenida das Tílias e a Avenida Narciso Ferreira - e os principais edifícios de equipamento social (mercado, escolas, igreja, hospital,

parque, quartel de bombeiros, quartel da GNR, cinema e outros) foram realizados pela acção tutelar da indústria têxtil local, sob o impulso urbanizador da Fundação Narciso Ferreira, hoje, mercê das circunstâncias adversas, apenas virada para o apoio social e cultural.

Evocar a história deste pólo algodoeiro é, assim, ir ao encontro das vivências de homens e de mulheres que desde há muito tempo, mas de forma mais intensa no último século, moldaram as suas vidas de trabalho pelos batimentos ritmados das máquinas de fiação e tecelagem, assegurando um interminável processo de produção de cotins, de cobertores, de flanelas, de telas e de outras variedades de tecidos que Portugal e o Ultramar português consumiam.

Sublinhe-se que Riba d'Ave era, há pouco mais de cem anos, uma pequena freguesia rural, onde o censo populacional de 1890 contabilizara apenas 522 habitantes, distribuídos por 126 fogos. É hoje um espaço amoldado às características imprimidas por uma industrialização têxtil que cresceu à luz do protecçãoismo e da grande concentração operária na fábrica, circunstâncias que favoreceram a deslocação da indústria urbana para a periferia em busca do embaratecimento dos factores de produção. Um processo que começou a ganhar relevo pelos finais do século XIX, alicerçando um território industrial de características difusas¹, que, simultaneamente, foi indutor de fenómenos paralelos de modernização, cujo aspecto mais importante, para lá da fixação local de algumas pequenas indústrias complementares, foi, sem dúvida, o da electrificação, para o que muito contribuíram as iniciativas empresariais desenvolvidas a partir de Riba d' Ave.

A industrialização

A industrialização do vale do Ave, sobre a qual recaem amiúde alguns requisitórios, constituiu uma espécie de resposta directa da iniciativa empresarial aos apologistas do desenvolvimento e da concomitante urgência de "criação de uma indústria nacional", nomeadamente aqueles que, pelo último quartel do século XIX, viam engrossar o caudal da emigração e do êxodo rural e observavam com desespero a saída contínua de dinheiro para cobrir a importação de produtos industriais. Um representante deste idealismo industrializador é Alberto Sampaio, inconformado com o definhar das indústrias tradicionais e a incapacidade da sua reconversão:

[...] seria uma perda irreparável o desaparecimento tanto das indústrias históricas, que ainda existem, como das que se tem introduzido neste último período. É muito mais fácil corrigir e melhorar uma aprendizagem imperfeita que formá-la de novo. Quando há já conhecidas umas certas práticas ou um certo número de processos, posto que rudimentares, há já meia educação ou pelo menos uma inteligência mais disposta a receber o ensino definitivo, do que se fosse mister afeiçoá-la desde princípio. Por outro lado, também as tradições são um elemento de grande valia, principalmente nas pequenas terras. As populações sentem-se mais facilmente atraídas para um trabalho no meio do qual nasceram e se criaram, que foi também o de seus pais, que floresceu em tal ou tal época, a que estão ligadas estas ou aquelas legendas, que tem já a sua moral, que faz parte enfim da sua vida e do seu saber. Com uma pequena protecção, com um auxílio muito menor que o que seria necessário a outra introduzida de novo, a antiga indústria rebentará espontânea como a velha semente, que adormecida por se achar funda na terra germina imediatamente que a

¹ Cf. MARQUES, Teresa Sá - Sistema produtivo industrial e território: um estudo da têxtil em

tragam mais à superfície e assim obtenha as condições necessárias ao seu desenvolvimento." ²

Estas afirmações, datadas de 1884 e produzidas no âmbito da "Resposta a uma pergunta - convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?", conglomeravam outros pressupostos, como o de uma reconhecida "capacidade industrial" dos portugueses, desaproveitada por falta de aprendizagem e de ensino técnico, e a necessidade de uma complementaridade agricultura / indústria, problemas para cuja dilucidação contribuiriam as sociedades de estudo e as exposições, como a que estava em referência (Guimarães, em 1884), numa tentativa para evitar o processo de desindustrialização que parecia ameaçar uma região cujos pergaminhos industriais remontavam aos tempos medievais. O "rejuvenescimento" das indústrias históricas e das mais recentes teria ainda de combater outra tendência, a da urbanização, pois "deixando desaproveitada a força dos rios e ribeiros que a cada passo sulcam o solo, as poucas e raras manufacturas foram concentrar-se principalmente dentro das cidades - numa terra carecida totalmente de combustível barato", lembrava Alberto Sampaio, a pensar no pouco aproveitamento das potencialidades hídricas da região, dada a fixação da indústria no Porto³.

Com efeito, por essa altura, e desde há muito, pequenos fabricantes de tecelagem de algodão enxameavam os concelhos do Vale do Ave, principalmente nos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, numa inextricável rede de oficinas e de trabalhos domiciliários, que, um pouco mais tarde, o Inquérito Industrial de 1890 nos permite identificar em termos nominais (para as oficinas com mais de 8 operários) e localmente - Joane, Mogege, Pedome, Oliveira (S^a Maria e S. Mateus), Riba d'Ave, Delães, Bairro,

Guimarães. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, vol. VI. Porto: 1988, p. 55-103.

² SAMPAIO, Alberto - *Estudos Históricos e Económicos*, 2º vol.. Lisboa: Vega, 1979, p. 269.

do concelho de V. N. de Famalicão (com 26 unidades industriais algodoeiras), na contiguidade com outras (Ronfe, S. Jorge do Selho, Airão, Vermil), do concelho de Guimarães (45 unidades). Esta faixa territorial, por vezes designada de Médio Ave, é a que mais se destaca nessa enumeração referente ao distrito de Braga, o que não é alheio aos cursos de água e às facilidades crescentes de transporte (estradas e linhas do caminho-de-ferro), mas também se correlaciona com uma tradição têxtil do linho e com fórmulas antiquíssimas de trabalho oficinal e domiciliário, dinamizadas pelo referenciado "mercador linheiro", gerador de uma cultura de trabalho caseiro para o mercado⁴.

Já em 1812, se detecta esta persistência da tecelagem na zona nascente de Famalicão, como mostra José Viriato Capela, através da exploração dos registos da “décima extraordinária” desse ano, pois, para a comarca de Barcelos, só no antigo julgado de Vermoim existia um número significativo de tecelões recenseados para efeitos fiscais⁵. O inquérito industrial de 1845 confirma esta persistência geográfica de trabalho do linho, mas já dá visibilidade à produção de tecidos de seda e de veludos, o que implica, neste último caso, a integração do algodão como uma parcela da matéria-prima utilizada. Finalmente, o inquérito de 1890 mostra que o algodão já se instalara definitivamente nestas localidades com tradição de tecelagem.

Mas a natureza dispersa e frágil destes pequenos fabricantes impressionaram os inquiridores de 1890 que anotaram, relativamente a Vila Nova de Famalicão:

"Talvez cause estranheza a quantidade de pequenos fabricantes que existem na parte nascente do concelho e que não haja quem os organize em grandes fábricas, onde possam aperfeiçoar o fabrico. É contudo um facto. A falta de

³ SAMPAIO, Alberto - *Estudos Históricos e Económicos*, 2º vol., Lisboa: Vega, 1979, p. 158.

⁴ CARVALHO, A. L. - *Os mesteres de Guimarães*, 2º volume. Guimarães: 1941.

⁵ CAPELA, José Viriato - A Câmara, a nobreza e o povo do concelho de Barcelos - A Administração do Município nos fins do Antigo Regime. *Barcellos-Revista*, vol. III, nº1, 1986, p. 7-326.

*capital, e também de iniciativa, tem conduzido a este resultado. Agentes dos comerciantes do Porto e Braga, mediante uma comissão por peça de cotim, fornecem ao fabricante o algodão, e uma vez feito o tecido pagam um tanto por metro*⁶.

Tradição e mão-de-obra eram os recursos disponíveis, faltavam capitais e iniciativa empresarial. Note-se que, por esta altura, no Vale do Ave, as fábricas propriamente ditas ainda se contavam pelos dedos e pontificavam no domínio da fiação, instaladas noutros concelhos. Sobressaíam, naturalmente, a Fábrica de Fiação do Rio Vizela, em Negrelos (Santo Tirso), que desde 1845 se erguia paulatinamente para se destacar já como a grande fábrica têxtil do Norte, e, em Fafe, a Fiação do Bogio (1873), estando aí em processo de transformação a Fábrica do Ferro, para além de algumas outras de menor dimensão (a Tecelagem de Caneiros, em Fermentões, a Fábrica de linho e algodão do Castanheiro) ou mais longínquas (a Companhia Rio Ave, em Vila do Conde).

No Vale do Ave, para além das referidas e das múltiplas pequenas unidades, só à medida que se avança na década de 1890, surgem novas fábricas de grande dimensão, respondendo ao crescimento do mercado interno e ultramarino de tecidos, por efeito dos mecanismos protectores derivados da pauta de 1892 e da quebra da moeda portuguesa que ocorre por esta altura, para além do fenómeno da disseminação mundial da indústria têxtil, face à reconversão industrial inglesa que, desde a década de 1860, passou a apostar na exportação da sua tecnologia, vendendo máquinas e equipando fábricas nos mais diversos lugares, embora perdendo na exportação de tecidos que antes penetravam em todo o mundo. A tendência para a concentração fabril no Vale do Ave responde, em grande medida, aos desígnios, acima citados, dos arautos do industrialismo,

⁶ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, III Volume, Lisboa,

constituindo opções de investimento dos negociantes urbanos do Porto que reconhecem finalmente as maiores vantagens da região na economia dos factores de produção (instalações, mão-de-obra, energias hídricas, água para tinturaria e acabamentos, pacificação operária), vantagens visíveis no sucesso das fábricas já ali existentes, o que vai levar numerosos negociantes e capitalistas a associarem-se a pequenos industriais para a constituição de empresas algodozeiras, sob a fórmula de parcerias e depois sociedades por quotas, para as quais fornecem capitais e gerem à distância (vulgarmente, a fábrica é no vale do Ave e a sede social da empresa no Porto), bem como para a constituição de algumas sociedades anónimas.

A década de 1890 e a seguinte constituem um período histórico favorável à instalação de grandes fábricas no território do vale do Ave, num movimento de afirmação e de gradual expansão. Fafe, Guimarães, S. Tirso e Vila Nova de Famalicão conhecem então uma dinâmica acentuada, com a criação de fábricas modernas, com trabalho em grande parte mecanizado, que exploram as energias hídricas, primeiro por sistemas hidráulicos, depois pela electricidade, além de complementarmente instalarem máquinas a vapor, sobretudo para serem activadas nos períodos de estiagem. Em Famalicão, adensa-se o eixo hidrográfico do Ave, surgindo as fábricas de Riba d'Ave, de Bairro, de Delães, de Pedome⁷, numa propagação gradual às outras freguesias confinantes.

O caso de Riba d'Ave

1891, pp.137-252.

⁷ Para Pedome, veja-se o caso da designada "Fábrica do Caído", que surge através de uma sociedade realizada em 1896, a *Empresa Social de Fiação e Tecidos do Rio Ave*, com um capital de 6 contos de réis, por iniciativa de Manuel José Alves Salazar (que, em 1890, surge com um oficina de 17 operários), num percurso atribulado, como o revela um estudo recente: PEREIRA, Augusto de Castro - *Um unidade algodozeira no médio-Ave - A Fábrica do Caído (1890-1990)*, Porto, FLUP, dissertação de mestrado,

Riba d'Ave constitui, assim, uma localidade que se inscreve, em termos de atmosfera industrial, num espaço mais alargado e numa tradição histórica bastante enraizada, que, pelos finais do século XIX é alvo de profundas reestruturações. No inquérito de 1890 são referenciados para Riba d'Ave apenas quatro pequenos industriais de algodão, que, eventualmente, coexistiam com outros tecelões mais isolados (Quadro I).

Quadro I - A tecelagem de algodão em Riba d'Ave, segundo inquérito de 1890.

<i>Industriais</i>	<i>Capital</i>	<i>Trabalhadores (inclui</i>			<i>Teares</i>	<i>Consumo</i>	<i>Produção - cotins,</i>	
	<i>fixo</i>	<i>mestre)</i>			<i>manuais</i>	<i>de fio</i>	<i>em 1889</i>	
	<i>Em réis</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>	<i>Nº</i>	<i>Kgs</i>	<i>mts.</i>	<i>valor</i>
Bernardo da Silva	150\$000	7	6	13	12	1400	18000	1800\$000
José Alves de Faria	100\$000	5	5	10	9	1300	10000	1200\$000
José Joaquim de Castro	150\$000	5	8	13	12	1400	18000	1800\$000
Narciso Ferreira	400\$000	16	35	51	50	2000	90000	9000\$000

Estas unidades laboravam com um horário de 12 horas no verão e 9 no inverno, fazendo ainda serão de 2 horas em cerca de 90 dias/ano, trabalhando um tempo útil de 260 dias anualmente. Os salários oscilavam entre \$120 a \$160 réis/dia, ou seja, o trabalho do tecelão era remunerado, no máximo, por cerca de metade dos salários mínimos dos tradicionais artistas (carpinteiros - \$240; marceneiros - \$300) do mesmo concelho ou ainda dos tecelões das fábricas do Porto (nas melhores fábricas, o salário mínimo era de 300 réis). Tais salários, e a persistência das diferenças, revelam uma das vantagens comparativas do vale do Ave face à indústria urbana, traduzindo o baixo custo de mão-de-obra, mas explicam também a razão da dificuldade experimentada pela

1998 (editado recentemente com o título *Contributos para a história dos têxteis no vale do Ave: o caso da Fábrica do Caído (1890-1990)*, V.N. Famalicão: Câmara Municipal, 2000.

indústria têxtil da região em travar o fenómeno emigratório de homens adultos, sendo aqui as rotinas fabris uma tarefa essencialmente de mulheres e de jovens.

O quadro observado para Riba d'Ave repetia-se, grosso modo, para as outras freguesias vizinhas: Oliveira - com 3 unidades de tecelagem; Pedome - 6; Mogege - 12; Delães - 1. Note-se que, em dados agregados para o concelho, registavam-se ainda 627 "oficinas ou casas de trabalho" algodoeirias, consideradas de "pequena indústria", logo ocupando escassos trabalhadores cada uma (total de 853) e portanto não discriminadas face ao critério utilizado no inquérito. Aliás, para o concelho de Vila Nova de Famalicão, só mereciam referência nominal as 26 unidades algodoeirias, além de duas pequenas carpintarias em Brufe e da já muito citada fábrica de lã, referenciada então como da baronesa da Trovisqueira, localizada precisamente em Riba d'Ave, no lugar da Ponte. O que sobressaía na paisagem industrial de Vila Nova de Famalicão, em 1890, era, portanto, já o pólo da indústria algodoeira a nascente do concelho, cujas oficinas começavam a ganhar relevância na concentração de operários face à pulverização e insignificância das outras actividades transformadoras.

A iniciativa do Barão da Trovisqueira - a fábrica de Sant'Anna

Falar de indústria em Riba d'Ave implica também prestar um pouco de atenção sobre a pequena fábrica de lã do Barão da Trovisqueira, porque ela parece representar o primeiro aproveitamento hidráulico conhecido para o concelho, assentando a estrutura motora do maquinismo numa turbina. Uma das observações mais conhecidas sobre esta fábrica foi a de José Augusto Vieira, que, pelos meados da década de 1880, passou por Vila Nova de Famalicão, nas deambulações que o conduziram à edição da célebre obra "Minho Pitoresco". Claramente melhor observador da paisagem natural, da ruralidade e

da monumentalidade histórica do que das lides do trabalho industrial, anotou simplesmente o seguinte, fruto das suas deambulações locais:

*"Depois do encanto da paisagem volve o espírito de homem às inquirições do que mais avulta a seus olhos, e neste intuito visita a fábrica de fiação de lã, pertencente ao sr. Barão da Trovisqueira, única manifestação de trabalho que aí pode interessá-lo. Ocupa a fábrica um pessoal de doze operários, e fornece a lã fiada para as fábricas de sapatos de liga, do Porto, e para os particulares da localidade, que exercem a indústria doméstica da tecelagem"*⁸.

Mas nem uma palavra sobre a turbina ali existente e que conferia curiosidade tecnológica ao estabelecimento! E a fábrica foi referenciada provavelmente por ser de quem era, um "brasileiro" nobilitado que o hospedou e lhe serviu de cicerone, fábrica que, atendendo à biografia do Barão da Trovisqueira, teria sido criada por 1883/85, como afirma Vasco Carvalho⁹, ou talvez antes. A fábrica representava assim uma iniciativa de um dos mais destacados emigrantes de retorno, José Francisco da Cruz Trovisqueira, natural de Gavião (n.1824-1898), que, tendo embarcado para o Rio de Janeiro, em 1834, regressou à terra mais tarde, tornando-se político (administrador do concelho, presidente da câmara municipal, deputado em várias legislaturas), cacique do partido reformista e depois do progressista. Participou ainda em várias iniciativas industriais, obtendo concessões para linhas de americano (no Porto e em Coimbra) e para a via férrea em Arganil¹⁰, representando a fábrica de lanifícios sobre o Ave a sua demonstração local como empreendedor, o que deverá ter tido óbvias conexões com a sua actividade política.

⁸ VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pitoresco*, Tomo II. Lisboa: 1887, p. 98.

⁹ CARVALHO, Vasco - *Factos e Nomes*. Barcelos, 1960, p. 81.

¹⁰ Cf. MENDES, M. da Silva - Barão da Trovisqueira. *O Minho*, nº 57, p.1, de 3.11.1898.

Aurélio Fernando, um autor famalicense actual, é o autor mais documentado sobre a fábrica do Barão da Trovisqueira, tendo encontrado o registo da propriedade adquirida em 1873 pelo Barão, a Azenha da Igreja, a montante da Ponte de Riba d'Ave, uma casa térrea, coberta de telha, com duas rodas, com horta e mato devidamente murados. Mas, em 1881, segundo anotação complementar do registo notarial, já tinha casa torre e térrea, com uma fábrica de lanifícios, "cujas máquinas são movidas pelas águas do rio Ave, por meio de uma turbina, para o que se fizeram as respectivas obras no rio Ave, e o amplo edifício apropriado para a dita fábrica e seus pertences, cujo valor venal o sobredito Barão calcula em 16.000\$000 réis, aproximadamente"¹¹.

Segundo o inquérito de 1890 o aparelho de fiar com 200 fusos, movido por acção da turbina hidráulica, continuava a destacar-se, em termos tecnológicos, num concelho em que a fição e tecelagem de algodão eram ainda de natureza manual. Note-se contudo a informação imprecisa relativa a outro sector têxtil, que, nos meados do século XIX, teve localmente alguma importância no concelho, a seda, de que são anotados globalmente dois estabelecimentos de "pequena indústria", logo não identificados nem localizados ao nível de freguesia, pois ocupavam apenas 3 pessoas, mas em que 28 dos 30 teares utilizados eram teares mecânicos. Pena que se saiba tão pouco sobre estes estabelecimentos, pois a confirmar-se a informação do inquérito, a *ratio* teares/trabalhadores indicia qualquer coisa de interessante neste domínio.

A referida fábrica de lã da Baronesa da Trovisqueira surgia como uma unidade a que era atribuído o capital fixo de 800\$000 réis, dando trabalho a 1 mestre e 7 operários e duas mulheres, que asseguraram a fição de 4000 kg de lã, durante o ano de 1889, cuja aquisição importou em 2 contos de réis para se vender o produto por 3000\$000, parecendo ser inexorável a sua decadência. Segundo Aurélio Fernando, esta fábrica

¹¹ FERNANDO, Aurélio - *Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves*, II Volume. Riba d'Ave:1994,

seria depois vendida, transformada em tecelagem de algodão e transferida mais tarde para Oliveira - S. Mateus, tendo as ruínas do estabelecimento inicial e terrenos sido adquiridos, por 1913, por Narciso Ferreira, permitindo ampliar o espaço da grande fábrica de Riba d'Ave, situada um pouco acima, a Sampaio & Ferreira.

Narciso Ferreira

Voltemos um pouco atrás. As unidades algodoeirias em destaque no inquérito de 1890 oscilam em torno de um capital fixo (equipamento, edifício) de 200\$000 réis e um número de operários entre os 8 e os 20. Ora, uma relativa exceção a este quadro é já a posição de Narciso Ferreira, de Riba d'Ave, com 400\$000 réis de capital e o número já relativamente elevado de 51 operários, sendo ainda o que ocupava também mais mão-de-obra feminina (35 mulheres), a nível concelhio. Narciso Ferreira era também o que apresentava um valor mais alto em consumo de fio de algodão (6 contos de réis em 1889), bem como o que apresentava a maior produção anual de cotins (90.000 metros), num contexto em que a indústria algodoeira ainda só balbuciava no concelho de Famalicão, constituída em geral por pequenas oficinas e trabalhos ao domicílio.

Essa produção têxtil oficial e/ou domiciliária era, em grande medida, estimulada por fabricantes/negociantes urbanos, que compravam a respectiva produção, ampliando a tradição dos serviços por tarefa. Era o conhecido processo de "sweting system", ou de "exploração do suor", na terminologia da época, que potenciava o trabalho no domicílio ao extremo, pois quanto mais se produzisse mais se ganhava; ao mesmo tempo, este sistema funcionava como uma almofada de grande elasticidade para os fabricantes/negociantes, pois, de acordo com a expansão da procura, a produção era

adquirida para revenda, sem grandes empates de capital ou risco, e, quando chegava a recessão, esta atingia em primeiro lugar os tecelões domiciliários e oficinais.

É a persistência e a disponibilidade deste sistema de produção, muito bem descrito nos inquéritos industriais de 1881 e 1888 para a têxtil algodoeira portuense, que ajuda a compreender o alastramento da indústria à periferia, numa primeira fase. Embora fosse privilegiada a venda directa ao público por parte dos pequenos tecelões, realizada nas feiras ou ao virar da esquina, estavam mais seguros aqueles que tivessem comprador regular, desde que inserido nos circuitos de comercialização. É neste jogo de pequena produção/circulação que emergem alguns casos que culminam em grande actividade empresarial, de que será exemplo vivo Narciso Ferreira, o empresário de Riba d'Ave. Como registava a revista *Indústria Portuguesa*, em 1942, evocando Narciso Ferreira, "*o industrial desse tempo, se assim se pode chamar, era a pessoa que fornecia a teia aos teares rústicos, espalhados nas cercanias, recebia depois os produtos manufacturados e procurava vendê-los nos centros populacionais mais próximos, às vezes de parceria com outros colegas, associados ou produtores da mercadoria, neste comércio marcadamente primitivo*"¹².

O que sobressai no percurso empresarial de Narciso Ferreira (n. 7.7.1862- f. 22.3.1933) não é o que ganhou na sua fase oficial, mas sim as relações que travou e o crédito que conseguiu para a realização de capital em sociedade. Filho de lavradores-caseiros em Pedome, onde nasceu, tudo começou pelos 19 anos, quando, depois da aprendizagem em oficina de um tecelão local, se autonomizou com dois teares na casa materna, cerca de 1881. Produzia tecido e dava a tecer ao domicílio para vender nas feiras da região (Amarante, Penafiel, Lixa, Vila Real até Mesão Frio, diz Carlos

¹² Cf. "Narciso Ferreira - O homem e a sua obra", *Indústria Portuguesa*, 1942.

Bastos)¹³ e na praça do Porto, onde arranhou clientes certos. Depois, casado (19.01.1882) em Riba d'Ave, transfere para aqui morada e ofício, comprando mais tarde, em 1888, uma casa térrea, junto ao curso do rio, onde estabeleceu uma oficina e ergueu um açude para aproveitamento hidráulico de teares mecânicos, aspectos que o inquérito de 1890 ainda não refere (apontando apenas 50 teares manuais, como vimos). Aurélio Fernando sublinha as ascendências de proprietários agrícolas pelo lado da mulher para sugerir, com alguma lógica, "meios e recurso agrícolas em que podia apoiar-se". Carlos Bastos sugere o apoio e crédito que lhe foi dado para o efeito por Joaquim Alves de Oliveira, "depositário de algodão em fio no lugar da Ponte"¹⁴. Em qualquer caso, a oficina terá atingido 19 teares mecânicos e acentuado a sua especialização nos "riscados fortes", produto que lhe deu fama e proveito e que por isso vai continuar a produzir e potenciar com o seu desenvolvimento empresarial, apostando paralelamente no fabrico manual e na distribuição domiciliária.

A prática de ser ele próprio a vender a produção aos clientes leva-o a travar conhecimentos com comerciantes e capitalistas do Porto. Tornou-se decisiva a ligação com Manuel Joaquim de Oliveira, sócio-gerente da firma José Augusto Dias & C^a, negócio de "fazendas brancas", sito na Feira de S. Bento, n^os 28-29, no Porto, ele próprio antigo-caixeiro, a quem o patrão (J. Augusto Dias) deu sociedade em 1883, ampliada em 1886. Numa conjuntura de alta para os negócios têxteis, em que diversas sociedades industriais tinham cotações elevadas na bolsa e os dividendos eram excepcionais em termos industriais (com várias sociedades a divulgarem na imprensa dividendos que oscilavam entre 20-50% do valor nominal das acções), a ligação entre os dois terá permitido avançar para a ideia de uma organização fabril em grande, fazendo para isso apelo a outros sócios, por 1894. Ergue-se, assim, uma sociedade em que, além

¹³ BASTOS, Carlos - *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*. Porto: 1943.

¹⁴ BASTOS, Carlos - *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*. Porto: 1943.

de Narciso Ferreira e de Manuel Joaquim Oliveira, participam outros capitalistas do Porto: José Augusto Dias, o engº Ortigão Sampaio e J. Fernandes Machado. Esta situação é legalizada por escritura de 24.6.1896, dando origem à firma *Sampaio, Ferreira & Cª*, designada na escritura de constituição como *Fábrica de fiação, tecidos e tinturaria de Riba d'Ave*. Narciso Ferreira entra com apenas 20% (traduzido nos terrenos, edifícios e equipamentos da sua oficina mais 2500\$000 réis em dinheiro), encarregando-se da sua direcção técnica, o que, nos termos contratuais, implicava viver junto à fábrica e acompanhá-la no dia-a-dia, enquanto a sede e a direcção comercial ficavam no Porto, sob a direcção de outro sócio, o engº Ortigão Sampaio¹⁵.

Esta sociedade propicia o salto qualitativo: a nova instalação passa imediatamente a 200 teares mecanizados, com fiação, acabamentos, oficinas para manutenção e renovação de equipamentos.

A instalação desta fábrica constitui um marco na industrialização do vale do Ave, por várias razões. A Sampaio, Ferreira & Cª, foi na verdade, a primeira grande unidade industrial do concelho de Vila Nova de Famalicão (iniciada com 200 teares, em 1910 já tinha 846 trabalhadores), projectada como "completa", isto é, dotada de sentido verticalizante (fiação, tecelagem, tinturaria), e pode dizer-se que inicia o pólo industrial de Riba d'Ave, sob o ponto de vista da organização moderna. Basta dizer que rapidamente o volume de operariado ocupado pela Sampaio & Ferreira ultrapassava os limites demográficos da freguesia, a ela acorrendo trabalhadores de outras localidades. Depois, é preciso assinalar-se que outras empresas nasceram a partir daqui, criando-se desde logo um verdadeiro grupo empresarial de base familiar : em 1905, abre a Empresa Têxtil Eléctrica, em Bairro, fiação e tecelagem idealizada para trabalhar a energia hidroeléctrica, produzida na própria fábrica através da acoplagem de um gerador a uma

¹⁵ ALVES, Jorge Fernandes - No centenário da Sampaio, Ferreira & Cª - A Obra Industrial de Narciso

roda hidráulica, iniciando-se com um gerador de 500 volts e 8 teares, para aproveitar os desperdícios de algodão da casa-mãe no fabrico de cobertores e cotins grossos. E em 1908/9, começa a erguer-se a Oliveira, Ferreira & C^a, em Riba d'Ave, em local próximo da Sampaio & Ferreira idealizada para a produção de telas para estamparia e flanelas,. E depois, através da descendência de Narciso Ferreira (principalmente de quatro filhos - Delfim, Alfredo, Joaquim e Raul), há uma série de fábricas têxteis que se criam em zonas diversas do Norte do País, nomeadamente as de Delfim Ferreira - a Têxtil Algodoeira de Arcozelo (D. Ferreira, Ld^a), em Gaia, e a Fábrica de Fiação e Tecidos de Vila do Conde (Ferreira & Irmão) em Vila do Conde, para sublinhar apenas algumas das fábricas, entre outros ramos de negócio (electricidade, imobiliário, hotelaria).

Mas importa ainda fazer uma referência ao ramo da electricidade, pelas suas conexões óbvia com Riba d'Ave. Depois da experiência eléctrica de Bairro ter sido bem sucedida, Narciso Ferreira procurou a electrificação da Sampaio, Ferreira & C^a, construindo para isso a central hidroeléctrica de Amieiro Galego, no rio Ave, a escassa distância, para jusante, da Sampaio, Ferreira & C^a. Esta central começa a funcionar em 1909, facilitando com a luz eléctrica na fábrica o trabalho por turnos, e permitiu ainda electrificar a freguesia de Riba d'Ave, que por essa razão foi uma das primeiras do concelho a dispor de energia eléctrica para consumo doméstico. Aliás, a *Sampaio, Ferreira & C^a* procurou obter a concessão para a electrificação da sede do concelho, que jogos políticos acabaram por atribuir à Boa Reguladora, em 1910.

Mas a aposta na electricidade vai continuar com a aquisição da Hidroeléctrica do Varosa, em Lamego, cuja energia vende na região e em Vila Real e depois conduz para o Porto e para o vale do Ave, construindo uma central térmica de apoio em Caniços (Bairro), um pouco a jusante da Têxtil Eléctrica. Mais tarde, por iniciativa de Delfim Ferreira, embora num quadro societário mais alargado, surgiu o aproveitamento

hidroeléctrico do Ave, concebida como uma cascata de cinco barragens, dando origem à Hidroeléctrica do Ermal. Deste complexo, Ermal/Varosa resultou, em 1942, por pressões governamentais (nomeadamente de Duarte Pacheco), a fusão, como forma de dar dimensão a este tipo de empresas¹⁶, constituindo-se a CHENOP - Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal, que, ao lado da UEP - União Eléctrica Portuguesa, foi uma das maiores produtoras/distribuidoras de electricidade no Norte de Portugal, subsistindo até ao processo de nacionalização, em 1975.

Pelos traços enunciados nas linhas anteriores, pode desde já apreender-se o significado da criação da Sampaio, Ferreira & C^a, que não representa apenas mais uma fábrica, mas constituiu um ponto de partida, uma espécie de alavanca para erguer para um conjunto de iniciativas empresariais que se derramaram não só localmente, mas regionalmente, para além das cidades do Porto e Lisboa (estas no domínio imobiliário). Representada como o símbolo do pólo algodoeiro de Riba d'Ave e vizinhanças, sucessivamente ampliada, gerida com mão-de-ferro, não faltando as polémicas com as associações operárias, nem as acções de tipo paternalista, através de uma importante obra social (hospital, creche, escolas, bairro), a Sampaio, Ferreira & C^a foi também uma fábrica-escola, empregando sucessivas gerações de operários, dali saindo trabalhadores mais especializados para assumirem lugares de direcção nas outras fábricas do grupo. E Narciso Ferreira era o sócio que dava a cara no dia-a-dia e assumia a direcção estreita do labor fabril, protótipo do pequeno tecelão sonhador que, órfão de pai, parte para a tecelagem e comércio de tecido por conta própria, ascendendo, por sucessivas etapas, ao estatuto de grande industrial de nível nacional, funcionando no imaginário do pequeno empresário como modelo a seguir.

¹⁶ ALVES, Jorge Fernandes - Cooperativismo e electrificação rural - a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. *Boletim Cultural da C.M. de V-N. de Famalicão*, 2000, p. 8-81

Durante décadas, Riba d'Ave foi essencialmente, embora não exclusivamente, a expressão de um grupo industrial, desenvolvido em torno das iniciativas de Narciso Ferreira. Como se pode verificar pelo quadro relativo a 1939, as duas grandes unidades fabris (fabricas ditas completas, de fiação e tecelagem) eram as duas grandes empresas que vinham do início, pois as outras fábricas eram apenas 3 pequenas tecelagens, com pouca expressão operária.

Quadro II - Fábricas algodoeiras em Riba d'Ave - 1939

Empresas	Sede social	Fusos	Teares mecânicos	Nº de empregados	Nº de operários
Sampaio, Ferreira & C ^a	A. Aliados, 179-1º Porto	14000	709	4	1253
Oliveira, Ferreira & C ^a Ld ^a	A. Aliados, 179-1º Porto	9400	432		828
António Neves Ribeiro	Riba d'Ave		15		26
Ferreira & Fernandes	Riba d'Ave		16		24
Fábrica de Tecidos da Ponte	Riba d'Ave		50	3	84

Este quadro industrial tendeu a manter-se, dada a situação criada pelo condicionamento industrial imposto a partir de 1931, em que a dinâmica admitida era apenas a da substituição de equipamentos, com alguns momentos de abertura, criados por despacho governamental, para actualização tecnológica e expansão da capacidade produtiva, ao sabor das conjunturas comerciais e as respectivas apreciações associativas e governamentais¹⁷.

¹⁷ Cf. ALVES, Jorge Fernandes - *Fiar e Tecer - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil, 1999.

Com uma preponderância económica muito clara, pode mesmo dizer-se que a dimensão empresarial da família Ferreira cresceu de tal forma que a sua influência ultrapassou o nível local para se posicionar gradualmente como o grande grupo nortenho do ramo têxtil e ganhar depois posições noutros sectores, particularmente na electricidade. A esta preponderância inicial e à rede de interesses que passou a ligar as freguesias têxteis da altura (nomeadamente na fiscalidade industrial) se deve atribuir o desígnio de emancipação municipal, com a tentativa de criação do concelho de Riba d'Ave nos últimos anos da monarquia, renovada nos inícios da República, movimento de que Narciso Ferreira era o principal líder, desenvolvido em quadros políticos decadentistas que davam espaço de manobra aos caciquismos locais e influentes eleitorais¹⁸.

Questão operária e obra social

O desenvolvimento da indústria algodoeira no Vale do Ave é o resultado de uma conjugação de diversos factores, uma teia lentamente urdida, na qual se conjugam estruturas naturais (bacia hidrográfica de malha densa, relevo a propiciar pequenas quedas de água, geralmente aproveitamentos dos tradicionais açudes inicialmente erguidos para azenhas, para colmatar outro tipo de carências energéticas, como a falta de carvão), estruturas demográficas (uma revolução demográfica precoce, a que não é estranha a revolução do milho, a disponibilizar mão-de-obra a baixo custo), conjunturas económicas favoráveis à cristalização da indústria na região (reordenação da economia mundial, protecção, condicionamento, pacto colonial), flexibilidade/fragilidade da estrutura têxtil na adaptação às crises, persistência de fórmulas precárias de trabalho

¹⁸ Cf. SOUSA FERNANDES. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1988, p. 280-304.

(trabalho domiciliário, semana de 3 e 4 dias durante décadas, entrecortadas por surtos de intensificação, a que se juntam mais recentemente salários em atraso, problemas com a previdência social, etc.).

Assim, qual peça de tecido, o campo das relações sociais desenvolvido com a industrialização no Vale do Ave, e muito naturalmente na histórica faixa Campelos - Pevidem -Riba d'Ave - Negrelos, apresenta duas faces, a frente e o avesso, muito marcadas na crónica operária. Com efeito, as relações entre o capital e o trabalho em Riba d'Ave, como nos núcleos algodoeiros mais importantes, não foram paradisíacas e as empresas de Narciso Ferreira não escaparam, por exemplo, à onda grevista do fim da monarquia (Julho de 1910), que marcou o alastrar para a província da conflitualidade operária antes praticamente restrita à área urbana¹⁹, bem como a outras greves posteriores com menor visibilidade. Anote-se que a greve de 1910 era ainda ilegal, pois só um decreto republicano de 6.12.1910 estabeleceu este direito, depois de novo retirado no período salazarista.

Em todo o caso, a transferência da indústria para o vale do Ave representou um rude golpe para as organizações operárias habituadas à dinâmica urbana, que assim perderam espaço e redes de agitação e de divulgação ideológica, passando a experimentar grandes dificuldades de penetração para as suas ideias e acções, perante um operariado maioritariamente feminino, eficazmente vigiado (com castigos corporais em relação aos menores) e alvo de reduzidas contemplações no que tocava a despedimentos. Atitudes mais dúbias, actos de solidariedade com trabalhadores despedidos ou de afinidade com organizações operárias podiam levar ao despedimento sumário. A imprensa operária, no seu radicalismo, via-se impedida de chegar aos trabalhadores que dizia representar e estes mostravam, com frequência, um claro distanciamento, o que leva alguns

articulistas a invectivarem não só os patrões como o próprio operariado não aderente às suas teses. São operários, naturalmente acusados de manipulação patronal, que queimam na rua o jornal *Lucta Operária*, em Outubro de 1910, acontecimento que faz manchete no número seguinte: "Um grupo de bandidos, sem dignidade nem carácter, empregados do industrial Ferreira, de Riba d'Ave, e assalariados por sua conta e risco, cercam o nosso vendedor da "Lucta Operária", e arrancando-lhe violentamente 200 exemplares, chegam-lhe lume" (*Lucta Operária*, 29.10.1910).

As fábricas de Riba d'Ave e de Negrelos (a "roça de Negrelos", na expressão d' *O Fiandeiro*), pela concentração que apresentam e pelo modelo que constituíam são os alvos mais atacados pelo discurso operário, que faz sobressair os rigorismos disciplinares, a oposição ao associativismo e à acção operária, o não cumprimento da legislação (no tocante a mulheres e crianças e ao cumprimento dos horários de trabalho).

Este tipo de problemas não desapareceram com a imposição da "nova ordem" imposta pela ditadura derivada do movimento militar de 28 de Maio de 1926 e a posterior aniquilação das associações de classe por parte do Estado Novo, que cria em sua substituição os sindicatos nacionais, num processo acompanhado de muito perto pelos delegados do Instituto Nacional do Trabalho, o órgão oficial mediador entre patrões e trabalhadores no sistema corporativista. O cumprimento do horário de trabalho de 8 horas decretado durante a República era de novo ignorado ou contornado, bem como a utilização, contrária à lei, de mulheres e crianças nos turnos da noite. Aproveitam-se mesmo situações perversas, voltando-se às 9 horas como compensação pela obrigatoriedade imposta pelo governo do desconto de 2% para o desemprego, como forma de evitar que os trabalhadores recebam menos! E, mesmo em relação a

¹⁹ Cf. *Boletim do Trabalho Industrial, nº 81 - Estatística das Coalisões em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919.

outras medidas do Estado Novo, houve clara oposição. Bastará dizer como foi sentida e alvo de inquérito a oposição do patronato local à instalação, em Delães, da secção concelhia do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do distrito de Braga, ou evocar os folhetins das revisões salariais, ainda que com o hábito de nivelar os ordenados mínimos pelos habitualmente pagos nas principais fábricas²⁰.

Sabe-se, no entanto, como as características próprias do operariado do Vale do Ave contribuíram para atenuar este tipo de problemas, quer pelo facto de o trabalho fabril se desenvolver em complementaridade familiar com o trabalho rural, quer pela característica de dispersão na implantação fabril, quer ainda pelo recurso a modalidades frágeis de mão-de-obra, sob o ponto de vista de mobilização associativa, como eram as mulheres e os jovens, para já não falarmos de uma discutida atmosfera mental propícia ao patrocínio, ao autoritarismo e a padrões de obediência e dependências²¹.

Mas para essa diminuição conflitual e para a criação de um ambiente paternalista em Riba d'Ave não pode deixar de se referir o comportamento empresarial de Narciso Ferreira: sempre presente nas suas fábricas, residindo localmente, pormenor a que de resto se obrigara pelo contrato inicial da sociedade, olhando pela produção e pelas pessoas, o que lhe permitia controlar ou antecipar os pequenos e grandes problemas e resolvê-los em cima dos acontecimentos, possuindo *"o conhecimento das necessidades dos seus colaboradores mais humildes, indo ao encontro delas, por vezes, com a rudeza dum carácter que não torce"*. Tal comportamento criou-lhe uma ligação quase umbilical a Riba d'Ave, que dava origem a histórias picarescas, como se infere desta referência exemplar, susceptível de várias leituras: *"Conta-se mesmo a história de que uns seus amigos conseguiram um dia que os acompanhasse num passeio, por terras de França.*

²⁰ Para as transformações verificadas nas relações de trabalho com a instauração do Estado Novo, cf. PATRIARCA, Fátima - *A questão social no salazarismo, 1930-1947*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

Pois bem! Ao chegar a Barca d'Alva, subitamente, Narciso Ferreira interrompe a viagem, porque já há dois dias que não ouvia os toques matinais das sirenes das suas fábricas." ²²

Patrão sempre presente para todas as eventualidades, com grande enraizamento na propriedade, por contraste com o que acontecia na maioria das grandes fábricas, do tipo sociedade anónima! E por isso também atento às necessidades da população de uma pequena localidade, em crescimento acelerado por via da indústria, mas sem qualquer tipo de equipamento social que ajudasse, sobretudo, a suprir as carências das idades não activas ou as situações de desprotecção.

Com efeito, em Portugal a solidariedade social para com a população operária era até aí quase objecto de artigos e/ou campanhas de jornal e de uma ou outra iniciativa particular, por vezes exteriores ao meio industrial, como era o caso da acção dos "brasileiros", emigrantes de retorno endinheirados que, na retirada da vida activa, produziam obras filantrópicas, distribuindo a sua riqueza pelas mais variadas instituições de carácter social (asilos, escolas, hospitais), contribuindo nomeadamente para a revitalização e pujança económica das misericórdias nos finais do século passado, através da incorporação total ou parcial dos respectivos patrimónios.

Pois o industrial Narciso Ferreira vai assumir um papel importante neste domínio, em Riba d'Ave, à medida que a sua obra empresarial se consolida. Conhecia, como disse expressivamente Carlos Bastos, *"por experiência directa as agruras do labor anónimo e sacrificado da gente humilde sobre cujas angústias levedava, afinal, a prosperidade das minorias favorecidas"* ²³, aspecto que os jornais operários, enquanto se publicaram, não

²¹ Cf. INGERSON. Alice E. - Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave. *Análise Social*, n.ºs 72-73-74, 1982.

²² Cf. "Narciso Ferreira - O homem e a sua obra", in *Indústria Portuguesa*, 1942.

²³ Cf. BASTOS, Carlos, *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, 1947, p.70

se cansaram de lembrar a Narciso Ferreira, confrontando-lhe o passado de tecelão e os novos comportamentos de empresário.

Apesar de tudo, Narciso Ferreira criou um hospital (1926) relativamente bem equipado para a população local, manda construir bairros económicos para alguns colaboradores, faz erguer as escolas primárias e terá idealizado uma creche (que não chegou a ver erguida), assumindo a figura de benemérito local, numa fase final da vida.

É preciso, contudo, não esquecer a legislação existente ao nível social, datada de 1891, pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, numa altura em que era titular Bernardino Machado. Assim, um Decreto de 14.4.1891, que procurava regular o trabalho de mulheres e menores nas fábricas, oficinas e quaisquer estabelecimentos industriais, determinava no seu artigo 21:

"Cada uma das fábricas, em que trabalharem mais de cinquenta mulheres por dia, terá uma creche com as acomodações e condições higiénicas que os regulamentos determinarem. A distância da creche à fábrica não será superior a 300 metros".

E estabelecia ainda que várias fábricas poderiam eventualmente associarem-se para creches comuns, desde que estas não distassem mais de 300 metros de qualquer fábrica, dado que as mães podiam aleitar os filhos até que estes completassem os 3 anos.

Esta tipo de legislação restou letra morta na maioria dos casos, quer durante a fase final da monarquia, quer com a república. Mas, em 5.4.1945, o Estado Novo criou o chamado *Fundo de Socorro Social*, pelo decreto 35427 e de entre as diversas formas de arrecadação de receitas (5% sobre bilhetes para espectáculos, 10% sobre contas pagas em bares, cabarets e dancings, 10% sobre os direitos de importação de tabaco, etc.), uma delas centrava-se no espírito do velho diploma de 1891 para obrigar ao pagamento de "6\$00 mensais, por mulher, a pagar pelos industriais que empreguem cinquenta ou

mais mulheres, quando não tenham organizado a assistência à maternidade e à primeira infância, ou a tenham estabelecido por forma deficiente, com relação a cada mulher empregada". Esta medida foi depois complementada por outras que estabeleciam as normas a que deviam obedecer as creches e formas de assistência materno-infantis, para efeitos de isenção do imposto. Sublinhe-se que esta legislação constituiu, de um modo geral, uma forte razão para a "obra social" de muitos dos nossos industriais.

Entretanto, tal como continuaram e ampliaram a actividade industrial paterna, os descendentes de Narciso Ferreira tomaram idêntica atitude para com a sua obra social, com a particularidade de, logo que possível, a institucionalizarem, através da criação da Fundação Narciso Ferreira, de forma a assegurarem a sua perpetuação e desenvolvimento.

Sublinhe-se que durante muito tempo, não houve legislação administrativa que facultasse a criação de instituições autónomas com projectos definidos pelos doadores, com existência de fundos próprios para acção cultural ou social, em resultado da desconfiança dos governos a diversos níveis. Os actos de filantropia tinham de ser actos isolados ou, então, atribuídos à responsabilidade de organismos estatais, misericórdias ou confrarias, enquanto no estrangeiro as *fundações* constituíam, desde o século XIX, um movimento extremamente importante da sociedade civil no domínio da solidariedade, que permitiam uma acção continuada e sistemática, direccionada para objectivos identificados.

Uma situação de excepção vai ocorrer em 1933, quando surge a primeira instituição portuguesa com esta designação - a Fundação da Casa de Bragança - por iniciativa dos testamentários de D. Manuel II e do Governo, tendo como objectivo administrar os bens patrimoniais da antiga Casa Real e desenvolver acções nos sectores cultural, artístico, social e religioso. Mas a sua institucionalização revelou-se de carácter

excepcional, não tendo repercussões imediatas na criação de novas fundações. Só em 1940, surge nova arquitectura jurídico-administrativa, com base nos artigos 444º a 446º do novo Código Administrativo. Agora, a *fundação* surgia como "pessoa colectiva de utilidade pública administrativa", e especificamente, como "instituto de utilidade local", no âmbito da assistência social, mas submetido à tutela do Estado na parte orçamental e deliberativa.

Aproveitando esta abertura legislativa²⁴, os descendentes de Narciso Ferreira formam a Fundação a que dão o nome paterno, a qual surge oficialmente em 1945 como a segunda "fundação" portuguesa, depois da Fundação da Casa de Bragança. Foi instituída por 10 sócios fundadores (descendentes e as três empresas criadas por Narciso Ferreira), "*em memória piedosa e justa homenagem social prestada pelos instituidores seus filhos ao fundador das fábricas que representam uma das mais produtivas actividades desta região e a honesta sustentação de centenares de família*" (artº 2º do Regulamento). Apresentava como objectivos as seguintes modalidades de assistência: espiritual, de harmonia com a autoridade e disciplina da Igreja Católica; educativa, com escola para instrução elementar e possibilidade de bolsas de estudo para educação profissional; materno-infantil, doença e invalidez. Para efectivação destes fins, foi dotada com hospital, igreja, escola-cantina, asilo, teatro, creche e cozinha económica, funcionando já alguns destes serviços à altura da instituição, sendo agora afectados à Fundação e conferindo unidade à obra social. A Fundação foi de imediato dotada com dois mil contos para início de capital, além dos edifícios já existentes e mais seiscentos

²⁴ É na década de 50 que surgem mais de três dezenas de fundações em Portugal, embora, na grande maioria, consideradas como institutos de utilidade local e canalizando os seus objectivos para a assistência médico-social. A fundação de tipo actual, enquanto pessoa moral de direito privado, só alcança estatuto jurídico no Código Civil de 1967 que incorpora a doutrina dos decretos de excepção preparados para permitir a criação da Fundação Calouste Gulbenkian (1956) e da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (1953), a que se seguiram outras no Norte de Portugal (F. Cupertino de Miranda, em Famalicão, e F. António Cupertino de Miranda, então em S. Tirso, ambas em 1964, e a F. Engº António de Almeida, no Porto, em 1968).

contos para a escola-cantina. E surgia como "*uma obra de assistência e utilidade local destinada a prestar assistência económica e moral às famílias da mesma freguesia e em especial às dos empregados e operários das fábricas pertencentes aos sócios fundadores*" (Art. 1º)²⁵.

Coube a direcção da Fundação Narciso Ferreira mais directamente ao filho Raul Ferreira, o qual lhe conferiu um dinamismo apreciável, sobretudo pelas acções de urbanização e embelezamento de Riba d'Ave, desde a agradável Avenida das Tílias à Igreja e respectivo parque envolvente, não esquecendo o importante património imobiliário que hoje constitui o principal suporte financeiro da Fundação (Teatro Narciso Ferreira, Quartel dos Bombeiros, Correios, Café, Estalagem, mercado e feira, escolas, etc). A área de apoio social aos indigentes e desprotegidos foi também uma preocupação, tal como a área cultural, sobretudo no apoio a acções educativas para as crianças e jovens, num espaço que inclui não só Riba d'Ave mas também as freguesias vizinhas de Oliveira S. Mateus e Pedome. Essa acção filantrópica, instruída segundo os princípios caritativos da Igreja Católica, mereceu a atenção do Papa Pio XII que, em 25.8.1947, agraciou Raul Ferreira com o título de Conde de Riba d'Ave. Pela deslocação temporal e pela sua proveniência (vindo da suprema instância religiosa), esta nobilitação surgiu como um inesperado acto de legitimação de uma prática social localizada, susceptível de diversas leituras.

Desenvolvendo hoje uma acção mais discreta, já que não dispõe dos apoios financeiros que tinha nos tempos iniciais por parte das empresas do grupo familiar (facto explicável pela crise têxtil e pela nacionalização da CHENOP), a Fundação Narciso Ferreira continua a desenvolver os seus objectivos sociais e culturais, por vezes em acção concertada com as autarquias ou outras instituições (escolas, Misericórdia,

²⁵ Cf. *Regulamento da Fundação Narciso Ferreira*, Riba d'Ave, 1945.

Conferência Vicentina), tendo, entretanto, actualizado os seus estatutos em 1995, adaptado às novas circunstâncias.

*

O quadro social e fabril acima descrito sobre Riba d'Ave sofreu alterações substanciais no campo das relações laborais no pós-25 de Abril de 1974, isto é, o ordenamento social que estruturava a relação entre a fábrica e os trabalhadores desabou um pouco por todo o lado, fenómeno que se deve conjugar ainda com o fim do mercado colonial e o processo de adaptação que a indústria vinha paulatinamente a fazer para o espaço europeu, desde os finais dos anos 50, com a integração na EFTA e o período de transição então previsto, entretanto alterado pelo novo reordenamento do espaço europeu e o posicionamento de Portugal neste contexto. Esta situação complexa, subjacente à conhecida "crise do vale do Ave", expressão ambígua uma vez que o vale do Ave sempre viveu em crise de trabalho, explica as alterações substanciais vividas no último quartel do século XX nas empresas de Riba d'Ave, pólo industrial que assumiu configurações paradigmáticas na estruturação histórica de um território mais vasto, centrado nos meandros da fição e tecelagem do algodão.